

DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS

Bel. em Ciência Contábeis e economista 3.755

Rua Fernando Osório, 1595 – CEP 91.720.330

Fones: (51) 33185656 e 992590967

Site: financasrs.com.br – Email: darcyfcs@terra.com.br

CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

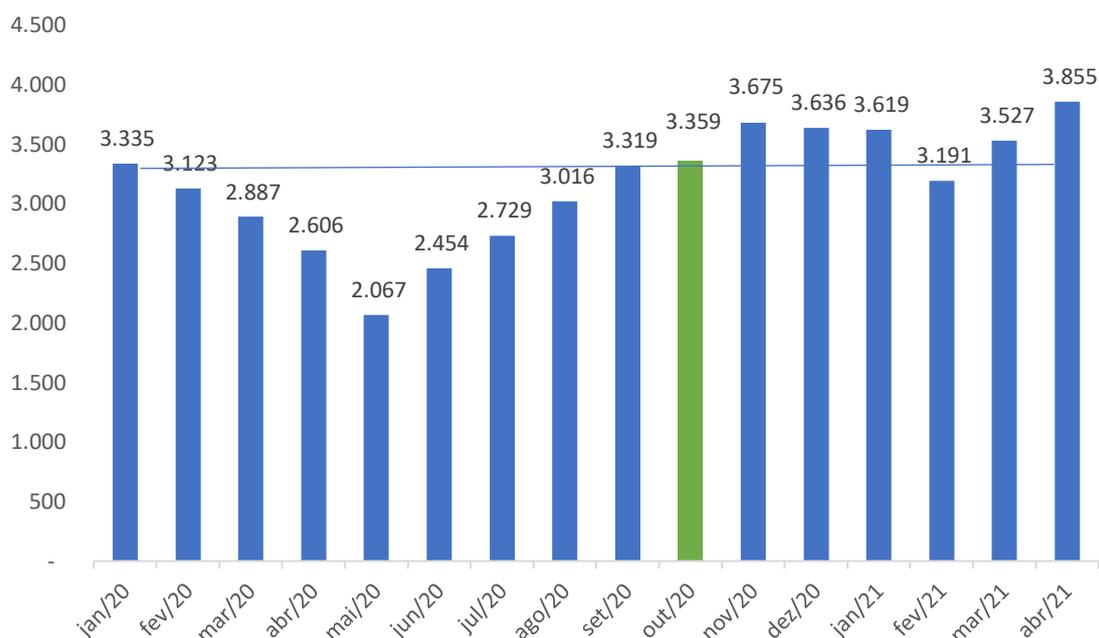
PERÍODO: 2º BIMESTRE 2021.

1. Execução orçamentária no 2º bimestre de 2021

A Tabela 1.1. mostra a execução orçamentária do Estado no 2º bimestre do corrente exercício, no tocante à receita. O grau de realização da receita ¹ foi de 39%, sendo 39,3% para as receitas correntes, tendo as próprias alcançado 38,8% e as transferências, 41,5%. Como o mês de abril corresponde a 33,3% do exercício, houve um excesso de arrecadação em relação à previsão de 6%.

Houve, então, R\$ 2,4 bilhões de receita superior à previsão, que teve como causa o grande desempenho da arrecadação ocorrida no período e a reduzida base de comparação, o mesmo período do ano passado. Aliás, a receita do ICMS, principal item, caiu até maio /2020, mês a partir do qual começou acentuada expansão, de forma que em outubro 2020 alcançou o valor de janeiro, mês anterior à pandemia, superando após (Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1. Arrecadação do ICMS, janeiro 2020 a abril 2021
Em R\$ milhões correntes.



Outra causa da arrecadação maior foi o fato de na proposta orçamentária não constar o valor da majoração das alíquotas, num total líquido de R\$ 2 bilhões. Até abril esse reflexo foi em torno de R\$ 660 milhões.

¹ Razão entre a realização e a previsão.

No entanto, houve uma grande expansão da arrecadação do ICMS. No período em causa ela foi de 18,8% nominais ou 12,4% reais. Mas, o que prova que não foi somente uma base de comparação baixa é o fato de no período de 24 meses a taxa real ter sido de 7,5% ao ano.

São causas principais desse alto desempenho do ICMS o crescimento dos preços dos insumos e por atacado, refletidos no IGP-DI _em que entram com 60% na sua formação_, que variou 33,5% no período. Também cresceram muito os preços da construção civil, que não entram no IPCA e participam com 10% na formação do IGP-DI. O crescimento da economia e a melhora do agronegócio contribuíram também para essa expansão.

Tabela 1.1. Execução orçamentária do Estado no período janeiro a abril/2021

Em R\$ milhões correntes.

Proporção do ano 33,3%

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO 2021	REALIZADO Até abril/21	R/P	Excedente à proporção
RECEITAS CORRENTES	42.435,7	16.694,2	39,3%	2.549,0
PRÓPRIAS	34.311,2	13.322,4	38,8%	1.885,3
Imp., taxas e contrib. de melhoria	28.061,2	11.149,1	39,7%	1.795,4
Contribuições	4.524,4	1.189,8	26,3%	-318,3
Patrimonial	677,6	357,8	52,8%	131,9
Agropecuária, Industrial e Serv.	505,9	141,6	28,0%	-27,0
Outras receitas correntes	542,1	484,1	89,3%	303,4
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.124,5	3.371,8	41,5%	663,6
RECEITAS DE CAPITAL	429,7	27,5	6,4%	-115,7
Operações de Crédito	28,9		0,0%	-9,6
Alienação de Bens	11,2	14,7	131,3%	11,0
Amortização Empréstimos	56,0	2,2	3,9%	-16,5
Transferências de capital	333,6	10,6	3,2%	-100,6
TOTAL SEM AS INTRA	42.865,4	16.721,7	39,0%	2.433,2
REC.COR.INTRAORÇAMENTÁRIAS	15.957,6	5.150,7	32,3%	-168,5
TOTAL RECEITAS	58.823,0	21.872,4	37,2%	2.264,7

FONTE: RREO período de referência.

A Tabela 1.1 continuação mostra a comparação da despesa no mesmo período, de janeiro-abril em 2020 e 2021.

Em 33,3% do ano, a despesa cresceu menos do que 30%, gerando com isso um valor inferior à previsão de R\$ 1.750 milhões (Tabela 1.1 continuação).

No caso da despesa, no entanto, acredito que tenha havido uma **superestimação** quando da elaboração do orçamento, porque nada justifica uma diferença tão significativa.

Tabela 1.1. Continuação

DESPESAS	PREVISÃO 2021	REALIZADO até abril/21	R/P	Inferior à proporção
Pessoal e Encargos Sociais (*)	31.832,1	9.846,5	30,9%	764,2
Outras Despesas Correntes	11.706,5	3.255,8	27,8%	646,4
Investimentos amplo	1.153,0	64,0	5,6%	320,3
Serviço da dívida	4.544,1	1.486,6	32,7%	28,1
TOTAL	49.235,7	14.652,9	29,8%	1.759,0
RESULTADO SEM AS INTRA *	-6.370,3	2.068,8	-32,5%	-4.192,2
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	15.957,6	5.262,0	33,0%	57,2
DESPESAS COM AS INTRA	65.193,3	19.914,9	30,5%	1.816,2
Resultado com as intra	-6.370,3	1.957,5	-30,7%	-4.080,9

FONTE: RREO período de referência.

NOTA: Transferências aos municípios lançadas dedutivamente na receita.

(*) Deduzida também da Reserva de contingência 1.338,5

O déficit do período, desconsiderando as transferências internas, foi reduzido em R\$ 4.192,2 milhões, resultante de:

Realização a maior da receita	2.433,2
Realização a menor da despesa	1.759,0
Total	4.192,2

1.2. Comparação entre as realizações dos períodos de janeiro-abril de 2020 e de 2021

Na Tabela 1.2 temos a comparação entre no período de janeiro-abril dos dois últimos exercícios. As receitas cresceram 14%, totalizando R\$ 2.429,9 milhões (sem as transferências internas)

Tabela 1.2. Execução orçamentária do período janeiro-abril 2020 e 2021
Em R\$ milhões correntes.

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO até	REALIZADO até	DIFERENÇA	
	abrIL/21	abrIL/20	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES (Sem intra)	16.694,2	14.264,3	2.429,9	14,6%
PRÓPRIAS	13.322,4	11.364,8	1.957,6	14,7%
Imp., taxas e contribuição de melhoria	11.149,1	9.776,3	1.372,8	12,3%
Contribuições	1.189,8	1.209,1	-19,3	-1,6%
Patrimonial	357,8	-41,9	399,7	111,7%
Agropecuária, Industrial.e Serviços	141,6	141,7	-0,1	-0,1%
Outras receitas correntes	484,1	279,6	204,5	42,2%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.371,8	2.899,5	472,3	14,0%
RECEITAS DE CAPITAL	27,5	93,5	-66,0	-240,0%
Alienação de Bens	14,7	17,2	-2,5	-17,0%
Amortização Empréstimos	2,2	2,9	-0,7	-31,8%
Transferências de capital	10,6	73,4	-62,8	-592,5%
TOTAL SEM AS INTRA	16.721,7	14.357,8	2.363,9	14,1%

FONTE: RREOs períodos de referência.

As receitas próprias cresceram 14,7% e as de transferências, 14%. As receitas de capital decresceram 240%, mas são pouco significativas. Até abril de 2020 houve um déficit de R\$ 318,4 milhões, que se transformou num superávit de R\$ 2.068,8 milhões em 2021.

A despesa com pessoal decresceu R\$ 222,6 milhões ou -2,2%. Em termos reais, houve uma queda em torno de 5,5%, que, costumeiramente crescia 3% ou mais. O que não dá para entender é decréscimo nominal, o que pode ocorrer somente em caso de demissão ou morte, porque não há demissão e nem descumprimento do direito adquirido. Pode ter ocorrido uma compensação com dívida ativa e precatórios, como ocorreu em 2020, mas que devia ser lançada na receita e não como redução de despesa com pessoal. Mas é um fato que só poderá ser comprovado com o balanço anual.

Houve um grande crescimento das outras despesas correntes (ODC), de 7.8% nominais, ou R\$ 235,4 milhões. Os investimentos, que já foram mínimos em 2020, houve uma redução de 30,7%.

Destacamos que grande parte da despesa com a dívida não está sendo paga. Para um total de R\$ 1.494,4 milhões, foram pagos R\$ 344 milhões, restando como empenhados e liquidados R\$ 1.150,4 milhões não pagos. Com

isso, financeiramente, houve um superávit de R\$ 918,40 milhões (2.068,8-1.150,4), o que restaria sendo a pago integralmente o serviço da dívida.

Tabela 1.2 - continuação.

DESPESAS	REALIZADO até	REALIZADO até	DIFERENÇA	
	ABRIL/21	ABRIL/20	VALOR	%
Pessoal e Encargos Sociais (*)	9.846,5	10.069,1	-222,6	-2,2%
Outras Despesas Correntes	3.255,8	3.020,4	235,4	7,8%
Investimentos amplo	64,0	92,3	-28,3	-30,7%
Serviço da dívida	1.486,6	1.494,4	-7,8	-0,5%
TOTAL SEM INTRA	14.652,9	14.676,2	-23,3	-0,2%
RESULTADO SEM AS INTRA	2.068,8	-318,4	2.387,2	-749,7%

FONTE: RREOs períodos de referência.

Serviço da dívida pago 344 milhões.

1.2. Resultado do ajuste em 2019 e 2020

A Tabela 1.3 apresenta o crescimento nominal da RCL nos anos de 2019 e 2020, na ordem de R\$ 6.105,9 milhões, período em que foi despendido a mais com despesa com pessoal R\$ 1.321,4 milhões, em ODC (outras despesas correntes) R\$ 2.270,4 milhões e serviço da dívida, R\$ 96,8 milhões. Com isso, ocorreu um excedente que contribuiu para a redução da defasagem entre receita e despesa, na ordem de R\$ 2.416,9 milhões.

Nos anos de 2019 e 2020 a RCL cresceu 15,3%, sendo 6,2% em 2020. Se acrescermos ajuda federal para o enfrentamento do coronavírus para todas as finalidades, num total de R\$ 2.975 bilhões, ocorreu um acréscimo nominal de 6,9%², o que indica que, sem ele, teria havido uma retração de 0,7%, muito pouco diante do que se esperava. E, mesmo como as reformas feitas, não teria havido o excedente de R\$ 2.416,9 citado acima. Por outro lado, sem a pandemia, a receita deveria ter crescido isso ou mais.

Diversas razões explicam o crescimento da RCL e a reduzida expansão da despesa, entre elas:

- a) Recuperação da arrecadação do ICMS a partir de julho/2020;
- b) Ajuda federal, na ordem de R\$ 2.975 milhões em 2020;

² Taxa cresc. RCL 2020/2019 = $2.975 / (46020,6 - 2975) \times 100 = 6,9\%$.

- c) Congelamento das despesas até o final de 2021, pela Lei Complementar Federal nº 173/2020;
 - d) Reformas dos quadros de pessoal e previdenciária, com efeito maior com o decorrer do tempo. No curto prazo, o maior efeito foi o aumento das contribuições previdenciárias;
 - e) Crescimento da economia, melhora no agronegócio e nos preços das *commodities* e de insumos básicos, com grande reflexo na arrecadação do ICMS;
 - f) Ajuda emergencial para os mais necessitados, atingindo pessoas com alta propensão a consumir.
- Todas essas causas, exceto a ajuda federal (letra b) permaneceram e até aumentaram seus efeitos em 2021.

Tabela 1.3. Variação da RCL e despesas com pessoal mais ODC nos anos de 2019 e 2020, em R\$ milhões correntes

ANO	RCL*	DESPESA COM	ODC	S.DÍVIDA	TOTAL
		PESSOAL		PAGO	
2018	39.914,7	29.215,4	9.796,3	772,0	39.783,7
2019	43.327,3	31.160,3	11.280,2	947,4	43.387,9
2020	46.020,6	30.536,8	12.067,1	868,8	43.472,7
VAR.2019 e 20	6.105,9	1.321,4	2.270,8	96,8	3.689,0
VAR.2019 e 20 %	15,30%	4,52%	23,18%	12,54%	9,27%
VAR.2020/19%	6,2%	-2,0%	7,0%	-8,3%	0,2%

FONTE: RREOs 6º bimestre dos anos citados.

Excedente de RCL 2019 e 2020: 2.416,9 milhões.

(*) Receitas corrente líquida efetiva: receitas correntes menos transferências aos estados e municípios.

2. Resultado previdenciário

O resultado previdenciário reduziu R\$ 685.698 milhões, sendo R\$ 596.117 decorrente de aumento de receita e R\$ 89.581 de redução de despesa, da qual R\$ 11.093 milhões corresponde à despesa previdenciária (Tabela 2.1).

Deve ser considerado que da redução da receita previdenciária, R\$ 434.896 milhões é contribuição patronal, que é encargo do Estado. O que deve

ser considerado é a redução da necessidade de recursos, de R\$ 250.802 milhões, o que é altamente positivo, já que historicamente sempre havia crescimento.

Tabela 2.1. Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias
Plano Financeiro - 2º bimestre 2020 e 2021

RECEITAS	ATÉ ABRIL 2021	ATÉ ABRIL 2020	VARIAÇÃO	VAR.%
RECEITAS CORRENTES	2.448.809	1.852.692	596.117	32,2%
Contribuição segurados	745.508	562.636	182.872	32,5%
Contribuição patronal	1.677.493	1.242.597	434.896	35,0%
Demais receitas	25.808	47.459	- 21.651	-45,6%
TOTAL	2.448.809	1.852.692	596.117	32,2%
DESPESAS	5.589.550	5.679.131	- 89.581	-1,6%
Administração		78.488	- 78.488	-100,0%
PREVIDÊNCIA	5.589.550	5.600.643	- 11.093	-0,2%
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	- 3.140.741	- 3.826.439	685.698	-17,9%
Patronal	- 1.677.493	- 1.242.597		35,0%
Necessidade de recursos	- 4.818.234	- 5.069.036	250.802	-4,9%

Fonte: RREO - 2º bimestre de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O superávit orçamentário nos quatro primeiros meses do corrente exercício foi extraordinário, na ordem de R\$ 2,1 bilhões, quando no mesmo período do exercício anterior, ocorreu um déficit de R\$ 328 milhões. As receitas cresceram 14%, tendo como uma das causas a base de comparação deprimida de igual período do ano passado. Já a despesa cresceu apenas 2%.

Além disso, o ICMS que caiu no primeiro semestre de 2020, mudou sua trajetória a partir de julho, atingindo crescimento nominal positivo no final do exercício. No período janeiro a abril do corrente, o imposto cresceu 19% nominais ou 12,4% reais, um crescimento excepcional que não decorreu somente da base comparação baixa, porque tomando como base abril de 2019, o crescimento real anual foi de 7,5%.

Nos anos de 2019 e 2020, mesmo que as receitas próprias tenham reduzido seu ritmo de crescimento, a ajuda federal contribuiu para o incremento maior de receita sobre a despesa, na ordem de R\$ 2,4 bilhões.

O reduzido crescimento da despesa deve-se a dois fatores, basicamente: o congelamento imposto pela Lei Complementar Federal até o fim do corrente ano, e as reformas efetuadas no governo anterior e, principalmente, no atual, que continuarão produzindo efeitos no decorrer do tempo.

As reformas efetuadas deverão reduzir sensivelmente o crescimento vegetativo da folha que, costumeiramente, anulava o crescimento da receita, impedindo a eliminação dos déficits.

Deve ser destacado, no entanto, que houve uma bolha de arrecadação do ICMS, e no ano vindouro, deverá haver grandes reivindicações por reajustes salariais que não ocorrem desde 2014 para muitas categorias.

Deve ser salientado que a dívida, apesar de registrada da despesa, grande parte dela não vem sendo paga. A solução para isso virá com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No entanto, a partir de 2030, as prestações da dívida implicarão um valor significativo, mas com passar do tempo seu peso na receita reduzirá.

Se os próximos governos cumprirem a lei de responsabilidade fiscal, não despendo com pessoal mais do que 60% da receita corrente líquida, ocorrendo crescimento econômico significativo e parcerias com a iniciativa privada, o Estado poderá entrar num período prolongado de crescimento.

Resumindo: o Estado necessita de crescimento econômico e da continuidade de administrações não populistas.